

MARGARIDA SÉRVULO CORREIA

O CASO DE BARBACENA

UM PÁROCO DE ALDEIA
ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA

Introdução

Muitas vezes confundido com a questão dos baldios ou terras não agricultadas de uso comunitário característica dos séculos XIX e XX, confusão praticada sobretudo pela imprensa da época, mas também por alguns dos múltiplos juízes que intervieram na longa sucessão dos processos judiciais e, até, pelos protagonistas, a verdade é que o caso de Barbacena me pareceu, e parece agora por maioria de razão, um caso diverso.

Por um lado, pela natureza das terras em disputa: um conjunto de herdades cujo chamado “domínio directo”, ou direito de perceber um foro ou uma renda, pertencia desde a Idade Média aos senhorios, ou proprietários, mas sobre as quais pesava, de facto, o ónus do “domínio útil” em benefício dos pequenos foreiros, implicando este o uso da terra contratada e a possibilidade de o transmitir por herança, ou até de o vender ou trocar, uma vez obtido o beneplácito da entidade senhorial¹.

Por outro lado, pela natureza da resistência oferecida desde tempos remotos pelos habitantes de Barbacena sempre que se viram ameaçados de espoliação deste direito, num impulso pela defesa dos meios da sua subsistência que terá modelado uma identidade colectiva coesa e sentimentos de pertença e de solidariedade. Afigurou-se-me deveras necessário contar a história dessa “*surpreendente persistência*”², questionando-a, aprofundando-lhe as razões ou as não razões, restituindo-lhe, se possível, parte do relevo que ao tempo fizera dela, nos cabeçalhos dos jornais, “A Questão de Barbacena”.

Ao regressar a ela, cem anos mais tarde, era minha intenção dar voz ao pároco da vila, narrando os factos do ponto de vista de quem, sem o querer, foi um dos protagonistas dos acontecimentos de 1906 a 1910 e, a partir daí, não só testemunha privilegiada, mas também, porque a sua consciência lho exigiu, presença adjuvante daqueles a quem designou por “infelizes”, “espoliados”, “desgraçada gente”.

¹ Cf. Margarida Sobral Neto – *O Universo da Comunidade Rural. Época Moderna*. Coimbra: CHSC; Palimagre, 2010, p. 59-62.

² Teresa Fonseca – Conflitualidade anti-senhorial na época moderna: o caso de Barbacena. *Revista Portuguesa de História*. 38 (2006), p. 345.

Contudo, por razões de natureza epistemológica, não foi possível fazê-lo. Para tanto, teria de encontrar, como esperava, entre o espólio de António Lino Neto entregue por familiares seus à guarda da Universidade Católica Portuguesa, a centena de cartas, de bilhetes e de telegramas que o Padre Neves Correia lhe enviou de Barbacena entre 1906 e 1915. Acompanharia, assim, guiada pela sua escrita mensal ou quinzenal, muitas vezes semanal ou até diária, como se depreende das respostas do seu interlocutor, a visão crítica com que terá acolhido o correr dos factos. Infelizmente, apenas encontrei meia dúzia de missivas suas, à excepção de uma todas elas escritas a partir de Évora, alguns ou muitos anos mais tarde.

Na falta do processo judicial, a que também não foi possível aceder e para cuja análise seria necessária uma formação em Direito Civil e Administrativo que não possuo, foi necessário sustentar esta investigação, sobretudo, nas fontes directas e bibliográficas de que dispunha.

Tinha entre mãos algumas centenas de documentos manuscritos, isto é, a correspondência recebida em Barbacena e os rascunhos autógrafos que constituem parte do espólio deixado pelo cónego João Neves Correia e conservado pela família, cuja grafia actualizei. Permitiam eles abordar a longa história da vila alentejana, bem como detectar as motivações que ditaram a última das guerras pela posse da terra e as razões que moveram alguns dos protagonistas de então, ou seja, os camponeses pobres, o seu pároco – e por inerência de funções, presidente da Junta de Paróquia até à implantação da República – e o advogado que por eles litigou, António Lino Neto. As notas de rodapé que remetem para essa fonte surgirão sob a designação ASC/ENC, abreviatura de Arquivo Sérvulo Correia/Espólio Neves Correia. Foram, também, de primeira utilidade os dois textos processuais da autoria de Lino Neto mandados editar pela Junta de Paróquia, o primeiro deles *As Terras de Barbacena. Grave questão de ordem social e de direito administrativo*, de 1910, e o segundo, de 1914, *As Terras de Barbacena. A Herdade da Serra*, bem como a tese intitulada *A Questão Agrária*, com a qual, em 1908, concorreu à cátedra de Economia Política e Direito Administrativo do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Foi, depois, fundamental para encontrar uma perspectiva mais equânime e distanciada que aproximasse a minha narrativa da desejada objectividade, o conhecimento da versão dos oponentes da Junta de Paróquia e do povo da vila. Fi-lo através da obra de Rui de Andrade, *Font'Alva. Alfredo de Andrade. Uma Grande Empresa Agrícola Obra de um Grande Artista. Como nasceu, se desenvolveu e foi destruída*, publicada já em 1948, quando o autor se afirmava como personalidade do regime. Fundamental, também, a consulta do *Apêndice para Esclarecer o Decurso dos Factos*, anexo a esta obra, diário dos acontecimentos ocorridos entre Janeiro de 1909 e Novembro de 1915, registados, segundo Rui de Andrade, por Guilherme Júlio Lambert, responsável pela contabilidade da sua casa agrícola.

Pude, também, socorrer-me da revisão histórica da autoria de Joaquim Dias Barroso, que fora por vários anos o rendeiro geral das propriedades em disputa e, talvez, um dos correspondentes anónimos dos diários lisboetas de então. É o opúsculo saído em Elvas em 1899, com o título *Os Motins em Barbacena*, ditado pelo desígnio de provar

a bondade da razão dos senhores das terras e dos seus rendeiros no litígio contra os camponeses da região.

Disponha ainda dos documentos, muitos deles de cariz panfletário, editados pelo advogado da família Andrade, Dr. Júlio Augusto Martins, em 1912 em Lisboa, com o título *A Questão de Barbacena* e o subtítulo *Compadres – Padrinhos – Afilhados. A Justiça no Calvário e a República na Berlinda*.

Para além destas, considero terem sido ainda fontes bibliográficas de primeira importância, pela natureza da informação colhida no concelho ou no distrito e pela data em que foram publicadas, obras como *Através dos Campos* de José da Silva Picão, agricultor e etnógrafo de Santa Eulália, freguesia vizinha da de Barbacena, que inicia em 1903 a publicação do seu estudo sobre os “*usos e costumes agrícola-alentejanos*”; ou *Le Portugal inconnu*, o estudo social “*conduzido pelo método das ciências naturais*” que Léon Poinard elaborou em 1909, a convite de um grupo de professores da Universidade de Coimbra, depois de ter estanciado no nosso país.

Como é natural, foram ainda fontes de informação não despidiendas as páginas da imprensa coeva nacional (*O Século, A Capital, o Diário de Notícias, ou a Ilustração Portuguesa*), mas sobretudo regional (*O Distrito de Portalegre, A Plebe*) e local (*Correio Elvense*), onde encontrei, por exemplo, a transcrição das “Tenções” dos juizes da Relação entre Janeiro e Julho de 1912 e do julgamento ocorrido em Elvas em Fevereiro de 1913, em que foram absolvidos os vinte e cinco réus acusados de homicídio frustrado sobre a pessoa de Rui de Andrade.

As circunstâncias de espaço e de tempo em que se desenrolou o drama de Barbacena impuseram-me, como é óbvio, a consulta de estudos especializados em matérias como a galáxia da economia agrária portuguesa, comunidades rurais, a questão cerealífera e as lutas sociais no Alentejo, com relevância para os trabalhos de especialistas como Fernando Medeiros, Hélder A. Fonseca, Jaime Reis e, ainda, a leitura da antologia de textos dedicados à questão agrária organizada e anotada por Villaverde Cabral; ou como o universo histórico, político, económico e social do final da Monarquia e da primeira década republicana, seguindo as lições da *História da Primeira República Portuguesa* coordenada por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rolo e, das bibliografias aí indicadas, partindo para consultas de âmbito mais restrito sob a orientação do historiador e meu incansável amigo José Luís Falcão de Vasconcelos; ou, ainda, como a esfera das relações entre o Estado e a Igreja em Portugal, com destaque para o período do liberalismo monárquico trabalhado por Vítor Neto e, sobretudo, para a problemática resultante da revolução de 5 de Outubro, através de *A Separação do Estado e da Igreja*, obra incontornável de Luís Salgado de Matos, a cujo saber e amizade muito deve a iniciativa e a persistência na construção deste estudo de caso.

Aconteceu, entretanto, que da “Questão de Barbacena” foi emergindo uma outra, de abordagem mais complexa, quer pela falta de apoio bibliográfico, quer pelas tentações de uma subjectividade nem sempre fácil de vigiar.

Com efeito, o conhecimento directo dos diversos episódios vividos pelo padre Neves Correia durante os dez anos em que permaneceu como pároco daquela vila, através da análise dos textos por ele endereçados à hierarquia religiosa e administrativa, aos seus

paroquianos e ao Pai e Irmãos (correspondência esta que a família mantém reservada), permitiu o convívio muito próximo com um clérigo que, no seu tempo, pela sua estatura moral e erudição, se afigura uma personalidade duplamente singular, bem diversa da imagem que a propaganda republicana, e não só, fixara como representação acabada do clérigo secular, “*sensual, ignorante e ganancioso*”³. Singular, ainda, pela aparente contradição entre as convicções ideológicas de um sacerdote talvez monárquico, por certo conservador, mas que se compromete na defesa de trabalhadores da terra, condenados, segundo afirma, à fome ou à emigração. Contradição aparente, porém, visto que o seu empenhamento terá resultado, ao menos em parte, da formação obtida no seminário, a qual, iluminada pela doutrina da Igreja, sensibilizava já os futuros presbíteros para a correlação entre as questões de natureza moral e social.

Houve, então, que alongar a pesquisa até aos limites da sua existência, ou mesmo para além dela, para tentar entender e explicar, sem cair em tom laudatório, a matéria de que era feita essa crença do padre Neves Correia no valor da verdade revelada e da que carecia de revelação, no peso da palavra dada, a coerência de um carácter severo e determinado, por vezes implacável, mas dadivoso até ao limite de si. Para tanto, tornou-se necessário olhar a sua origem, conhecer mais de perto e caracterizar-lhe as raízes, a educação e a formação no seminário de Évora, como passou a fazer sentido narrar, embora sumariamente, o conteúdo dos anos de regresso a essa cidade, tão marcados, até aos últimos dias, pela experiência vivida em Barbacena.

A segunda destas pesquisas foi facilitada pelo estudo do seu espólio e, também, pelo acesso à documentação ainda existente no seminário de Évora, que fico a dever à generosidade do Professor Doutor Senra Coelho, de cuja tese dedicada à pessoa e obra do arcebispo D. Augusto Eduardo Nunes pude, aliás, retirar muito úteis ensinamentos. Fico, também, em dívida para com o aluno de Teologia do referido seminário, Domingos Miguel Coelho, que numa tarde chuvosa de 25 de Abril de 2012 me ajudou a verificar, um por um, os Livros de Termos de Exames dos alunos que ali prestaram provas entre 1895 e 1945. Infelizmente, não me foi facultado o acesso ao Arquivo Diocesano de Évora, na Casa Arquiepiscopal, em que não deixaria de encontrar muito útil documentação endereçada ao padre Neves Correia ou por ele assinada.

Quanto à primeira, para além da consulta dos referidos Livros de Termos guardados no seminário e, sobretudo, do Fundo da Câmara Eclesiástica do Arquivo Distrital de Évora, em cujos serviços pude contar com os valiosos préstimos da arquivista Célia Malarranha, o trabalho revelou-se bem mais árduo, sobretudo pela inexistência de qualquer monografia relativa ao concelho de Ródão. Socorrendo-me de memórias da minha longínqua infância e dos preciosos testemunhos de meus primos Maria José Martins, António e Maria Leonor Lopes e José Pereira Correia, a quem aqui reafirmo a minha amizade e gratidão, parti para a leitura das actas das sessões da Câmara desta vila, entre 1874 e 1890, e para o estudo de uma *Monografia de Nisa*, de José F. Figueiredo, editada em 1956 e reeditada em 1989 pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

³ Luís Salgado de Matos – *A separação do Estado e da Igreja*. Lisboa: D. Quixote, 2010, p. 195.

Facto é que a proximidade entre a freguesia de Fratel e a vila do extremo norte alentejano era já evidente aos olhos dos cento e trinta e quatro “*eleitores*” fratelenses que, em Novembro de 1874, subscreviam uma petição endereçada a El-rei no sentido de serem desanexados do concelho de Vila Velha de Ródão e da comarca de Castelo Branco e passarem a pertencer, para efeitos administrativos e judiciais, ao concelho e comarca de Nisa⁴. Alegavam, ao tempo com razão, que esta vila, em cuja feira mensalmente se abasteciam e a que se deslocavam para suprir qualquer necessidade, lhes oferecia melhores serviços do que Ródão e era bem mais acessível do que Castelo Branco; estava de permeio o Tejo, era certo, mas a travessia fazia-se facilmente por barca, de Verão como de Inverno, diziam eles. Na realidade, embora divididos pela nomenclatura administrativa que os classifica como beirões e alentejanos, o viver das gentes, do aspecto exterior das casas à domesticidade, alimentação, vestuário, trabalho nos campos, festas, falares e cantares, é idêntico.

Tive, também, a felicidade de poder analisar os registos de receitas e despesas do meu bisavô paterno, Joaquim Correia (Neves, por adopção do apelido da mulher), podendo assim caracterizar a natureza e dimensão da sua casa agrícola, entre 1888 e 1913, ano em que faleceu, e vislumbrar o quotidiano de uma família de médios proprietários da região mais agreste da Beira Baixa.

Assim se cruzaram e acabaram necessariamente por fundir-se duas linhas de investigação, confluência de que resultou o trabalho que aqui deixamos. Consiste ele, afinal, no estudo de dois casos que julgamos ser útil não dissociar: o da “Questão de Barbacena”, que será aqui o objecto a privilegiar, mas também o da existência mais ou menos conturbada, mas a títulos vários exemplar, de “um pároco de aldeia” na transição da Monarquia para a República.

Em cada um dos capítulos que vão seguir-se tentarei, portanto, responder ao conjunto de interrogações que foram orientando esta pesquisa, embora nem sempre pela ordem por que aqui ficam. A saber: o que foi e, afinal, o que fora desde sempre “a Questão de Barbacena”? Quais as motivações e a natureza da luta social e jurídica, secular, travada pelo povo contra os senhores da terra? Que batalhas e que desfecho para essa tão longa guerra? Que apelo ou que necessidade trouxeram o Dr. Lino Neto naquele tempo a um tal lugar? Como se desempenhou da missão que lhe fora confiada e que reiterou passar a assumir como sua? E, por fim, de onde vinha e quem era, ao chegar à povoação alentejana, o jovem padre Neves Correia? Qual a medida exacta da sua intervenção enquanto presidente da Junta de Paróquia e, após a implantação da República, enquanto apenas pároco de uma terra, por assim dizer, queimada? Quando, enfim, partiu, quem era e quem pôde ainda ser?

⁴ Cf. AFMJM – *Rol de ajustados da barca, pelo “recebedor” Joaquim Correia, Fratel, 1874.*